

## AS CICATRIZES DA TORTURA NAS MEMÓRIAS DE FLÁVIO TAVARES

Fabiana Gonçalo\*  
fabby\_costa@yahoo.com.br  
UERJ/ Colégio Pedro I

---

**Resumo:** O presente artigo pretende analisar as *Memórias do esquecimento* de Flávio Tavares, um sobrevivente da ditadura militar brasileira e uruguaia. O envolvimento do jornalista na oposição ao regime lhe trouxe diversas situações-limite, como a prisão, o exílio e, principalmente, a tortura física, descrita em pormenores pelo autor ao longo de sua narrativa traumática. Assim, este estudo busca evidenciar um dos representantes da resistência política, no esforço de ir além do que a história oficial contou, preservando a memória daqueles que reagiram contra a violência de um governo autoritário. Ou, como diz Bungart Neto (2019, p. 68), trata-se de um “antídoto contra o memoricídio coletivo brasileiro”.

**Palavras-chave:** Memórias. Tortura. Trauma. Ditadura. Flávio Tavares.

### 1 Introdução

Este artigo versa sobre a tortura, praticada, institucionalmente, pelos agentes de poder, durante os anos de ditadura, para castigar os adversários do regime e para obter a confissão deles. Com base no livro *Memórias do esquecimento: Os segredos dos porões da ditadura* (1999), de Flávio Tavares, pretende-se abordar o testemunho de quem, efetivamente, sentiu a tortura na pele. O jornalista pertencia ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), grupo guerrilheiro liderado por Leonel Brizola. Flávio foi preso quatro vezes, torturado por quase trinta dias consecutivos, banido do país e raptado no Uruguai por uma organização paramilitar de direita.

Embora o autor assuma que gostaria de esquecer suas recordações traumáticas, ele reconhece que isso não é possível, até porque o compromisso ético que tem com as demais vítimas fala mais alto. Acabou o tempo de se calar. E, ao

---

\* Doutoranda em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Literatura Brasileira pela UERJ. Bacharel e Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas pela UFRJ. Dedicar-se à atividade docente no ensino básico. Já atuou na rede particular, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, e na rede municipal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio Pedro II. É membro-docente do Laboratório de Estudos de Práticas Educativas em Língua Portuguesa e Literatura (LEPELL), sediado no Colégio Pedro II. Tem experiência nas áreas de Letras e Educação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: referência, livros didáticos, gêneros textuais, ensino de língua portuguesa, ensino de literatura brasileira e escritas autobiográficas.

narrar, de certo modo, Flávio também tem a chance de se libertar internamente do sofrimento que viveu.

Para a análise das *Memórias do esquecimento*, o interesse aqui recai na terceira e última edição da obra, lançada em janeiro de 2022. No prefácio, Flávio comenta que suas lembranças “reaparecem revisadas” e “alguns episódios adquirem novo olhar e relevância” (Tavares, 2022, p. 7). Isso significa que o autor, nos seus quase 90 anos, continua praticando a necessidade do lembrar e atualiza o seu testemunho – mesmo após mais de duas décadas desde a publicação inicial –, em um esforço contínuo no combate ao silenciamento da memória.

## **2 Práticas de tortura: a face mais desumana e cruel do regime militar**

De acordo com Mattoso (1984, p. 29), “a tortura pode ser definida como todo sofrimento a que uma pessoa é submetida por outra, desde que de propósito da segunda e contra a vontade da primeira”. O autor sinaliza que as finalidades da tortura podem ser reduzidas a duas, a saber: (i) *probatória* ou *processual*, usada para a confissão; e (ii) *punitiva* ou *penal*, usada para o castigo.

No caso da ditadura brasileira, como resposta à subversão, a tortura foi “transformada em política de Estado” (Gaspari, 2002, p. 16). De fato, durante todo o período de comando militar no Brasil, os métodos torcionários fizeram parte da rotina do governo, sendo empregados, ininterruptamente, como uma maneira de castigar os presos políticos, a fim de obter respostas sobre pessoas suspeitas de atuarem no combate ao regime. É importante ressaltar o agravamento da situação com a implantação do Ato Institucional número 5, em 1968, e em toda a gestão de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), quando houve uma piora no *modus operandi* do tratamento fornecido pelos representantes do poder aos seus opositores (Bungart Neto, 2019). As experiências de horror intensificaram-se e diversificaram-se a partir de então.

Mesmo sendo negada até os dias de hoje pelos discursos oficiais, a tortura foi uma prática institucionalizada de interrogatório e de repressão, sendo desvelada, camada por camada, nos discursos de resistência daqueles que a vivenciaram – na pele e na mente – e que sobreviveram para contar. Por quase vinte anos, o Estado ditatorial desrespeitou não só a Constituição brasileira, mas também o artigo 5º da

Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>1</sup>: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

Nesse sentido, baseando-se em tal documento, o Projeto “Brasil: nunca mais” (BNM) tornou-se essencial para a divulgação da brutalidade que ocorreu nos porões da ditadura. A pesquisa foi comandada pelo então cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, entre agosto de 1979 e março de 1985, culminando no lançamento de um livro oriundo das investigações. Seu objetivo pode ser sintetizado da seguinte maneira: “que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente” (Arns, 2014, p. 24).

Foram estudados a tortura, o assassinato e o desaparecimento de presos políticos, partindo de quase todos os processos que transitaram pela Justiça Militar no período entre abril de 1964 e março de 1979. A utilização dos documentos produzidos pelas próprias autoridades consiste em um testemunho irrefutável, ou seja, que não pode sofrer o mesmo descrédito que comumente ocorre com os depoimentos das vítimas. Tal estudo só foi possível pelo contexto de distensão política iniciada no governo Geisel e aprofundada no governo Figueiredo, mas, considerando que ainda estava vigente o regime militar, a empreitada de Arns foi extremamente corajosa, envolvendo, inclusive, a denúncia, ao Vaticano, da tortura existente no Brasil.

O uso da violência nos interrogatórios era fundamentado por uma “concepção absolutista da segurança da sociedade”, cuja lógica era a seguinte: “o país está acima de tudo, portanto tudo vale contra aqueles que o ameaçam” (Arns, 2014, p. 15). Os militares acreditavam que estavam vivendo uma guerra contra o terrorismo e, no entendimento deles, a tortura fazia parte do sistema bélico como um meio necessário para angariar informações importantes de forma rápida e eficiente. Em seu discurso, eles “legitimam atos degradantes e infames, amparados pela crença cega na validade de certas concepções ideológicas que, supostamente, visam ao bem da Nação” (Fernandes, 2008, p. 135). Como se sabe, na prática, todos os “inimigos da pátria” eram rotulados de comunistas, revelando o verdadeiro alvo da propagação do terror exercida pelas autoridades.

No levantamento feito pelo Projeto BNM, chegou-se a, aproximadamente, uma centena de formas diferentes de tortura, que foram categorizadas em quatro tipos:

---

<sup>1</sup> Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948.

física, psicológica, sexual e química. Indubitavelmente, a tortura física era a mais empregada, já que se dispunha de um grande leque de opções, como, apenas para citar algumas, o pau-de-arara, o choque elétrico, a cadeira do dragão<sup>2</sup>, a geladeira<sup>3</sup>, o telefone<sup>4</sup>, a palmatória, a queimadura, o arrastamento por viaturas, o afogamento, a utilização de animais (cobras, jacarés, ratos, insetos etc.), dentre várias outras.

Além disso, dois ou mais tipos de agressão física podiam ser combinados em uma mesma sessão de interrogatório. O pau-de-arara foi uma das alternativas mais adotadas pelos repressores, em conjunto com outras formas de suplício. A pessoa nua, com as mãos algemadas às pernas, era pendurada de cabeça para baixo a cerca de 30 centímetros do chão, como um frango de padaria, em uma barra de ferro apoiada em duas mesas. Estando nessa posição humilhante, frequentemente, a vítima era afogada, recebia choques elétricos, e/ou era torturada sexualmente, com a introdução de objetos no seu ânus, por exemplo.

Sendo assim, conforme afirmam Calegari e Haiski (2019, p. 32), a ditadura militar se ocupou de um aparato sofisticado tanto para extrair de seus opositores informações que, muitas vezes, visavam à sua autoincriminação, quanto para puni-los pelos seus atos considerados ilícitos. Porém, nem sempre os métodos torcionários exigiam o requinte da “tecnologia da dor” (Arns, 2014, p. 31). Vale lembrar que a falta de conforto e de higiene, assim como as privações (fome, sede e sono), também eram meios eficazes de submeter os presos políticos ao controle do Estado.

Sobre o modo como o assunto era abordado, Mattoso (1984, p. 78) revela que os militares recorriam a um vasto vocabulário para distorcer o conceito da palavra tortura, como “interrogatório severo, tratamento rigoroso, pressão psicológica, regime carcerário, simulacro, acidente, legítima defesa (da autoridade desacatada) ... tudo, menos tortura. Se a vítima está morta, não resta a mínima dúvida: foi suicídio”. E, assim, a crueldade ia sendo pautada na base da camuflagem.

Segundo Arns (2014, p. 30), a tortura se transformou em um “método científico”, pois passou a ser incluída nos currículos de formação dos militares. Os agentes ministravam aulas com exposições práticas nos presos-cobaias, feitas

---

<sup>2</sup> Espécie de cadeira elétrica, em que os choques se dão pelo contato com o metal do assento, do encosto e dos braços.

<sup>3</sup> A vítima era colocada nua, em uma sala pequena, fechada e escura, com temperaturas baixíssimas e submetida a sons ensurdecedores (Arns, 2014).

<sup>4</sup> “Consiste em tapas dados nos dois ouvidos ao mesmo tempo sem que a pessoa esteja esperando” (Arns, 2014, p. 39) e pode levar à surdez.

concomitantemente à apresentação teórica de *slides*. Para Vieira (2014), isso reforça o caráter extremamente metódico e calculista do regime.

A predileção pelos castigos físicos nos anos de chumbo pode ser explicada não só pela variedade de alternativas, mas também por ser o meio mais fácil para se atingir o objetivo de “promover uma cisão profunda entre o corpo e mente, a ponto de o torturado revelar ou até mesmo inventar detalhes sobre o que se questionava durante as sessões” (Bungart Neto, 2014, p. 42). Nesse sentido, os interrogadores não estavam exatamente preocupados em extrair a verdade dos capturados. Em muitas situações, eles se aproveitavam da confusão mental, ocasionada pelos flagelos corporais, para *induzir* os torturados a confessarem justamente aquilo que desejavam ouvir. Isso significa que a violência como forma de repressão é totalmente inadequada, pois submete a pessoa a dizer qualquer coisa que lhe seja sugerida, a fim de que cessem os sofrimentos impostos a ela.

A tortura está intimamente associada à morte. É sabido que o objetivo do torturador não é matar, mas chegar bem perto disso para obter as informações de que tanto precisa. Por esse motivo, nos porões da ditadura, existia um médico que acompanhava as sessões e era encarregado de examinar o “paciente” para saber se ele estava resistindo ou sucumbindo à violência. A atuação de profissionais da saúde “que assessoravam o trabalho dos algozes” (Arns, 2014, p. 228) fazia parte da infraestrutura da tortura, reiterando o seu caráter institucional.

É preciso, também, evidenciar o sadismo por trás daqueles homens de farda. Eles se transformavam em verdadeiros carrascos e sentiam prazer em submeter os prisioneiros a condições humilhantes – muitas vezes, praticamente animais. Fora a motivação coletiva, com todo o idealismo patriótico e a manutenção do poder dos militares, existia a motivação individual: poderiam, de fato, ganhar algum dinheiro ou prestígio<sup>5</sup> com tais práticas, mas o que prevalecia era o gosto genuíno em fazer aquilo, não sendo encarado como uma obrigação (Mattoso, 1984).

As dores causadas no momento das sevícias podem ser momentâneas, mas as cicatrizes deixadas no corpo e na mente dos sobreviventes os fazem recordar aquelas sessões até o fim de suas vidas. São indivíduos que não morreram, mas que se encontram permanentemente em um processo de luto: “luto pelo corpo que não é mais

---

<sup>5</sup> Gaspari (2002) menciona as recompensas funcionais ligadas à hierarquia da carreira militar, com promoções, gratificações e mudanças de patente.

o mesmo, luto pela perda de ideais, luto pela perda de liberdade e o luto pela perda da pátria, a partir do exílio, quando é esse o caso” (Vieira, 2014, p. 97).

Por fim, mesmo após a redemocratização, muitos envolvidos na política repressiva do Estado militar continuam impunes, graças ao esquecimento proposto pela Lei de Anistia (1979). Dessa forma, ainda se fazem necessárias a justiça e a luta contra o apagamento da memória daqueles anos. Sendo assim, por tudo que foi exposto nesta seção, reitera-se a necessidade de combater a tortura, ressaltando as três principais características que fazem dela uma prática condenável ao longo dos séculos:

A tortura seria *desumana* porque degrada e despersonaliza a vítima, além de expô-la à crueldade e ao risco de vida. Seria *injusta* porque significa a pena antes da sentença, ou, como dizia La Bruyère, “é uma invenção maravilhosa para perder um inocente débil e salvar um delinquente robusto”. E seria *ineficaz* por consequência, visto que as informações obtidas podem ter sido falseadas e resultarão inúteis (Mattoso, 1984, p. 87-88).

### **3 A trajetória de um revolucionário: o jornalista e ex-guerrilheiro Flávio Tavares**

Flávio Freitas Hailliot Tavares é jornalista, advogado e professor aposentado da Universidade de Brasília. A sua trajetória de militância foi caracterizada, especialmente, pelo apoio à luta armada. Na época, o movimento guerrilheiro crescia por toda a América Latina e sofria a influência da Revolução Cubana. Flávio pertencia ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), um dos primeiros grupos guerrilheiros do Brasil, criado no Rio Grande do Sul, em 1965, e liderado por Leonel Brizola.

O jornalista gaúcho foi preso quatro vezes. A primeira prisão ocorreu em 1964, em Brasília, logo após o golpe. Na época, ele destacava-se como colunista político do *Última Hora*, único jornal que apoiava o governo de João Goulart (1961-1964), ou seja, claramente oposicionista ao regime militar. A redação do periódico foi invadida, indicando que já havia começado a censura. Flávio foi solto três dias depois, pois sua prisão foi considerada um equívoco pelos agentes militares. Em 1967, o escritor foi

preso novamente, devido à denúncia de ser o “Doutor Falcão”<sup>6</sup> e de liderar uma guerrilha no Triângulo Mineiro.

Ele foi detido em Brasília e, depois de quase um mês, foi transferido para um quartel em Juiz de Fora, totalizando quase cinco meses em cárcere. Daquela vez, só não foi torturado porque sua prisão havia criado um tumulto na Câmara dos Deputados e na imprensa, com forte pressão a seu favor. Seu pedido de *habeas corpus* foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e venceu por unanimidade.

Em 1969, Flávio envolveu-se em uma ação armada para libertar nove presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito (RJ), que eram ex-marinheiros processados e condenados por seu envolvimento nas ações da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. O jornalista passou um “trote” para o gabinete do secretário de segurança, fingindo ser o embaixador do Uruguai, a fim de mobilizar o dispositivo policial para a Embaixada e deixar o caminho livre para que os fugitivos fossem se esconder em Angra dos Reis.

Por conta do envolvimento na fuga dos prisioneiros – e por seu histórico –, Flávio foi detido no quartel da rua Barão de Mesquita, no bairro carioca da Tijuca, após ter sido denunciado pelo porteiro do prédio vizinho ao seu, no Flamengo. O jornalista, na ocasião, foi torturado por quase trinta dias consecutivos, e seu sofrimento ali só terminou por ter sido contemplado por uma ação inédita: ele foi um dos quinze presos políticos “trocados” pelo embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, que havia sido sequestrado por integrantes do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR- 8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN).

O sequestro do embaixador é o acontecimento-chave das *Memórias do esquecimento*, haja vista que foi um dos episódios mais marcantes da história da ditadura e, obviamente, da vida de Flávio, por ter alterado seu destino. Ele foi colocado, junto dos outros militantes, em um avião da Força Aérea Brasileira e “despachado” para o México.

---

<sup>6</sup> Falcão era um dos cognomes de Flávio. O “doutor” foi atribuído pelos simpatizantes mineiros da guerrilha, pois, pelo modo de o jornalista falar, pensaram que ele fosse médico. As pessoas que foram detidas em Uberlândia haviam estado com Flávio uma única vez e constituíam um grupo ainda em formação, mas, ao serem persuadidas, em interrogatórios, delataram-no. Eram simpatizantes de Brizola, “apenas um punhado de gente politizada que se reunia para exteriorizar a revolta frente às ações do governo” (Tavares, 2022, p. 174). O único envolvimento do jornalista com esse pessoal foi ouvir as demandas deles e enviar um instrutor militar-revolucionário para lhes dar uma capacitação que poderia ajudá-los futuramente. Contudo, como de costume, o Exército aumentava a realidade e, mesmo sendo apenas “um grupo em fase de pré-organização” (Tavares, 2022, p. 184), nem mesmo possuindo armas, foram todos presos como guerrilheiros-terroristas.

Todos os ex-presos não estavam só sendo exilados à revelia, mas também banidos do Brasil, estando proibidos de regressarem. O banimento foi decretado em Ato Institucional<sup>7</sup>, especialmente por conta da situação criada pelo sequestro, e consistia em um método de repressão política em que o cidadão perdia o direito à nacionalidade do seu país, tornando-se apátrida<sup>8</sup>.

Flávio ficou dez anos fora, tempo em que se define como um fantasma. Viveu cinco anos no México, mas lá era o “país imposto”, para onde ele não escolheu ir. Dessa forma, veio a vontade de viver em Buenos Aires, cidade que ele já conhecia e era mais perto do Brasil. O jornalista, então, fez a mudança em outubro de 1974, indo para lá como correspondente do jornal mexicano *Excelsior*.

Em 1977, fez uma viagem para o Uruguai, com o intuito de auxiliar um colega uruguaio que tinha sido preso por ter publicado um artigo considerado ofensivo pelo governo. Na mesma ocasião, Flávio compareceu a um jantar na casa do adido cultural da Embaixada do México, onde recebeu uma fita-cassete com denúncias de torturas, e soube, através de um informante, que existiam centros secretos de tortura mantidos pelo Organismo Central de Operaciones Antissubversivas (OCA), órgão ligado ao Exército uruguaio. Na fila para embarcar no avião de volta a Buenos Aires, foi atrasado por um “funcionário do aeroporto” que lhe pediu para verificar seu documento. Acabou perdendo o voo. Foi vendado, algemado e colocado dentro de um veículo que estava estacionado na pista.

O jornalista foi sequestrado por uma organização paramilitar de direita e permaneceu quase um mês em um centro clandestino de torturas. Nesse cativo, passou por certas situações-limite mais cruéis do que as experienciadas no Brasil – quase uma década atrás –, como duas simulações de fuzilamento no mesmo dia. Assim, o testemunho de Tavares não se restringe às atrocidades vividas apenas em solo pátrio, e a sensação de morte iminente ocorre mesmo estando longe de casa, lembrando o que dizem Calegari e Haiski (2019) sobre o exílio não ser o fim da experiência traumática, mas a extensão dela. A sensação de insegurança fora do país foi retratada pelo escritor em sua narrativa: “O exílio já não me protegia, ao contrário,

---

<sup>7</sup> De número 13, em 5 de setembro de 1969.

<sup>8</sup> Tal pena somente foi proibida pela Constituição de 1988. Fonte: [www.jus.com.br](http://www.jus.com.br). Acesso em: 19 out. 2022.

era agora o meu acusador, e tudo recomeçava, mais traumático ainda que em 1969 no Rio” (Tavares, 2022, p. 209).

Depois de ser libertado pelos sequestradores, ele foi detido no Cárcere Central de Montevideu, onde se manteve por seis meses como preso oficial do governo uruguaio<sup>9</sup>, sendo processado por “espionagem contra o Uruguai”. Sua prisão em terra estrangeira foi amplamente divulgada pela imprensa, em uma verdadeira campanha internacional de solidariedade<sup>10</sup>, e foi isso que o salvou. Mesmo liberto, Flávio teve que continuar exilado, pois ainda estava banido do território nacional. Como a situação argentina estava complicada, o governo de Portugal lhe ofereceu asilo, e ele permaneceu em Lisboa até poder retornar ao Brasil em 1979, após a Anistia.

#### **4 A dimensão do horror nas *Memórias do esquecimento***

A respeito da temática predominante na obra, o próprio Flávio reconhece que *Memórias do esquecimento* não é sobre a prisão dele, mas sobre a tortura e sobre o horror (Birman, 2014). Com efeito, o fio condutor de toda a narrativa são as inúmeras práticas de castigos físicos e de pressão psicológica experimentadas por ele e por outras pessoas. O enredo é frequentemente atravessado pela tensão e, por conseguinte, exige sangue frio por parte do leitor, que, em alguns momentos, precisa fazer uma pausa antes de prosseguir a leitura. Aliás, no prefácio do livro, o autor já faz uma antecipação da violência que está por vir nas próximas páginas, desculpando-se com quem as lerá: “Perdoai-me se a rudeza faz lacrimejar ou escandaliza” (Tavares, 2022, p. 3).

##### **4.1 Os suplícios físicos: um retrato do sadismo e da irracionalidade**

Assim que chegou ao quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, ele foi introduzido a uma espécie de “ritual de boas-vindas”, em que sofreu

---

<sup>9</sup> “O objetivo do governo uruguaio era entregá-lo às autoridades brasileiras, numa ação de solidariedade entre as ditaduras” (Trindade, 2009, p. 18).

<sup>10</sup> Para fazer pressão à soltura de Flávio, reuniram-se toda a imprensa mexicana e brasileira, a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, o presidente dos Estados Unidos, o papa Paulo VI, dentre outros. Flávio conta: “Em Londres, fui declarado ‘preso do ano’ pela *Amnesty International* e a mobilização foi tanta que o próprio presidente Ernesto Geisel acabou pressionando pela minha libertação no Uruguai” (Tavares, 2022, p. 214).

“mangueiraços” e foi colocado em um “corredor polonês”. Em seu depoimento, ele expõe a extrema violência dessa “recepção” na prisão, salientando como as autoridades acreditavam estar realmente em uma guerra contra o comunismo:

O major-chefe do PIC (Pelotão de Investigações Criminais) me recebe com uma mangueira de borracha dura nas mãos, em farda de campanha, e ali mesmo *começa a operação bélica*. Primeiro nas costas, logo no peito, os “mangueiraços” me percorrem cada centímetro da cintura para cima, antes que me joguem no meio de duas fileiras de soldados e cada um deles me dê pontapés onde for. No jargão militar, é o “corredor polonês”. Apitos e gritos de ordem cadenciam os pontapés. Eu caio e me ergo de novo, tentando me safar dos chutes ou empurrões, e *ouço a frase que, daí em diante, será a ladainha contínua de dias e noites: “Te levanta, filho da puta, comunista subversivo”* (Tavares, 2022, p. 23-24, grifos nossos).

Logo após o episódio supracitado, o jornalista foi “apresentado” ao choque elétrico. O equipamento utilizado para as descargas tinha sido doado pelos Estados Unidos e apelidado maldosamente de “Doutor Volts” pelo major Bismarck. Tal aparato se tornaria parte da rotina de encarceramento do escritor. Com o intuito de fazer o leitor compreender melhor o mal proveniente dos choques, o narrador abre espaço, em seu relato, para descrever minuciosamente o que acontecia nas sessões, como pode ser exemplificado a seguir:

[Esse drama] se desenvolve em forma progressiva. Começa na mão direita, e *isso já bastaria como crueldade*, pois o efeito percorre todo o corpo e o prisioneiro cai. Os pontapés e os gritos obrigam o preso a levantar-se e tudo recomeça. *Aos poucos, surgem as variantes do sadismo*: molham o chão para que o efeito se amplie da planta dos pés à cabeça, num tremor profundo e, logo, o cabo metálico chega ao rosto e ao contorno dos olhos, aos ouvidos, às gengivas e à língua. Na sala de torturas, o prisioneiro está sempre nu ou seminu (só de cuecas ou calcinhas) e *isso, que em si mesmo já é uma humilhação*, facilita o requinte maior do choque elétrico: nos homens, amarrar os fios no pênis, e nas mulheres, introduzir o cabo metálico na vagina. E em ambos, como alternativa final, o choque elétrico no ânus (Tavares, 2022, p. 28, grifos nossos).

Ressalta-se, no trecho transcrito, e em tantos outros ao longo do testemunho, o aspecto sádico da conduta das autoridades militares. O autor explica que estas não tinham intenções assassinas, pois pretendiam destruí-los em vida mesmo, o que é muito pior do que matar, “como numa fogueira em que Joana D’Arc queimasse e queimasse sem jamais se extinguir nas chamas, para sofrer ainda mais com a dor multiplicada” (Tavares, 2022, p. 25).

O prazer sentido pelos repressores ao impor a dor naqueles que taxavam de comunistas era tamanho que, por vezes, chegava a se anunciar fisicamente. O jornalista conta o incidente presenciado por ele, quando assistiu à tortura do estudante de medicina Ivan de Lemos. Ao aplicar a técnica do “telefone”, o torturador ficou tão próximo à vítima e tão envolvido com a sevícia que acabou tendo um orgasmo:

Os tapas continuaram, o torturador cada vez mais perto, mais perto, até encostar a cara na cara de Ivan, o corpo no corpo de Ivan, sempre lhe dando mais golpes, *cada vez unindo mais rosto com rosto, quase beijando a vítima, cheirando-lhe o pescoço, como se aquilo não fosse tortura, mas o êxtase do torturador estuprando o prisioneiro pelos ouvidos. (...) o torturador não pôde esconder que buscava o paroxismo. De pronto, estremeceu como se chegasse à ejaculação, àquela simples ejaculação que um homem tem com alguém que não ama e que só lhe molha as cuecas e em seguida produz asco. Ou arrependimento. Ou pena. (...) E saiu atônito, rápido, para enxugar a cueca* (Tavares, 2022, p. 72, grifos nossos).

Flávio argumenta que a tortura física enquanto método de interrogatório é uma prática sem sentido, já que a vítima – aniquilada pelos machucados – se torna incapaz de responder a qualquer pergunta com plenitude das faculdades mentais, recaindo em alucinações. Ele faz alguns questionamentos nesse sentido, conforme se pode observar no excerto a seguir: “O que se tira de um derrotado absoluto? Talvez algo de verdade, sim, mas muito mais a fantasia delirante sobre algum dado verdadeiro e isolado que não representa verdade alguma, muito menos uma revelação merecedora de investigação” (Tavares, 2022, p. 183).

Por outro lado, na perspectiva do torturador, o delírio também se faz presente. Contudo, no caso, é representado por uma fantasia eufórica, “que pode transformar a suposição em verdade concreta e que tem direito a tudo inventar e em tudo sentir-se, irrefutável e inquestionável, transformando até a verdade que não é na verdade que é” (Tavares, 2022, p. 186). Portanto, evidencia-se a ineficácia na atuação daqueles que se diziam extremamente preocupados em proteger a pátria. O comprometimento dos repressores com a verdade era relativo, uma vez que interessava obter a confissão somente daquilo que era conveniente para eles.

#### 4.2 Pressão psicológica e experiências de quase-morte

As intimidações recorrentes durante os interrogatórios integravam a tortura psicológica praticada pelos agentes do Estado. Nessa perspectiva, uma parte

chocante (e repulsiva) do testemunho de Flávio Tavares é quando ele revela ter sido ameaçado de estuprarem Isabela, sua filha de três anos. Segundo o jornalista, esse acontecimento representou, para ele, um horror ainda mais forte do que as dores provocadas pelos choques elétricos:

(...) aquela cena do terceiro dia no choque elétrico me atropelou a memória anos a fio, a partir do instante em que o sargento gritou:  
- Fala, fala, senão trago a tua filha, dou choque nela e depois fodo, fodo ela aqui na tua frente!  
Ele ameaçava tocando-se os testículos e fazendo, com as mãos e o ventre, aquele gesto vulgar e obsceno de quem estupra. A caricatura do gesto foi tão forte e eu estava tão desfeito que acreditei que ele cumpriria a ameaça (Tavares, 2022, p. 198).

Tomando por base essa ameaça que fizeram a Flávio, torna-se relevante observar as situações de tortura que são vividas por outras pessoas no intuito de atingir a vítima. A forma acurada com que o narrador-protagonista as descreve explica-se pelo fato de realmente tê-las testemunhado, não por vontade própria, mas porque era obrigado a tal, como uma maneira de também ser torturado psicologicamente. Ser forçado a presenciar ou a ouvir parentes e amigos sofrendo castigos físicos era um dos mecanismos mais comuns empregados pelos agentes para a obtenção de informações. Nas palavras do escritor, estar como um espectador da dor alheia “destroça mais do que o suplício em si. De simples vítima, passamos a ser vítimas da brutalização da vítima” (Tavares, 2022, p. 55).

Sem dúvida, para Flávio, a pior experiência de testemunha da tortura alheia ocorreu no dia em que o embaixador dos EUA foi sequestrado, quando o mudaram de cela outra vez. Ele foi colocado em uma solitária escura, onde havia o cadáver do companheiro Roberto Cietto<sup>11</sup>. O jornalista narra o pavor que foi ficar encerrado com o corpo daquele que era seu amigo, e não sabe precisar por quanto tempo permaneceu ali. Ao refletir sobre a situação, Tavares realiza uma autoanálise e percebe que ele também se sentia morto:

As lâmpadas continuam apagadas e nas celas vizinhas o silêncio é total. Tudo é como se fosse uma tumba e *eu também fosse um morto, não apenas uma testemunha da morte*. [...] Sinto-me paralisado. Um torpor e um vazio tomam conta de mim. Não penso nem raciocino. Ele está morto como um morto mesmo: estirado no chão. *Eu estou morto de cócoras, como um vivo*,

---

<sup>11</sup> Roberto Cietto (ou “Simão”) era um “preso comum” que conviveu com os ex-marinheiros na Penitenciária Lemos de Brito e se tornou um guerrilheiro, passando, assim, à categoria de preso político.

e cada vez distingo mais os traços do morto à minha frente, no escuro (Tavares, 2022, p. 86-87, grifos nossos).

A aproximação com a morte, na referida ocasião, se dá no sentido emocional. O escritor se considera um morto em vida, porque ainda pode sentir o “cansaço de estar vivo e consciente” (Tavares, 2022, p. 89) das atrocidades da ditadura militar, já que Cietto fora brutalmente assassinado durante um interrogatório<sup>12</sup>. Mais do que impotente, Flávio sente-se totalmente derrotado pelo regime. Ele conclui que ter sido colocado naquele lugar, para “dividir” a cela com o cadáver do amigo representou a tortura absoluta contra si: “tinham me posto ali porque já não podiam me torturar de outra forma que não fosse a da própria morte, pois é a morte própria que se sente quando se é impotente para evitar a morte alheia à nossa frente. E este morto nem sequer me era alheio” (Tavares, 2022, p. 89).

Diferentemente dessa proximidade mais subjetiva com a morte, em outras conjunturas, Flávio sentiu que havia, verdadeiramente, chegado o seu fim, pois certas coações sofridas representaram experiências de quase-morte que o traumatizariam para sempre. Uma delas se deu na prisão da Tijuca, quando foi retirado da cela e colocado em um veículo, mas ele não sabia para onde estava sendo levado e foi ameaçado de ser atirado no Rio Guandu. Obviamente, acreditou que isso fosse realmente acontecer. Em seu testemunho, ele narra o pavor que sentiu, naquele momento, ao pensar que morreria:

Algemado e só de cuecas, meteram-me aos empurrões no porta-malas de uma caminhonete Rural Willys e me avisaram:

- Vamos te atirar no Guandu. Sabe o que é o Guandu, não é?

[...]

Viajei um tempo longo, aos solavancos, por escuras ruas sem trânsito. Senti um abandono absoluto – ninguém sabia da minha prisão nem do meu paradeiro – e *comecei a imaginar como seria morrer afogado. Pensei na vertigem ao me jogarem de cima de alguma ponte e, talvez para atenuar o impacto da minha anunciada morte, eu, que quase não sei nadar e sempre tive medo de água, me convenci de que desmaiaria na queda e morreria ali mesmo, no ar, e não afogado* (Tavares, 2022, p. 31, grifos nossos).

---

<sup>12</sup> Os militares acreditavam que Roberto Cietto estivesse envolvido no sequestro do embaixador norte-americano. Gaspari (2002, p. 91-92) explica que “interrogaram-no durante três horas, no máximo. Às 18h40, ele morreu de pancada. O cadáver tinha o olho direito roxo, com um corte na pálpebra, e ferimentos na testa, no tórax, num braço e numa perna. Foi sepultado como suicida. De acordo com as versões oficiais, era o 17º do regime, o sétimo a se enforcar numa cela, o sexto a fazê-lo num quartel. Segundo o laudo da perícia, asfixiou-se sentado”.

No entanto, a pior experiência de aproximação real com a morte ocorreu no Uruguai, quando Flávio foi sequestrado. Ele já chegou ao lugar que seria seu cativeiro recebendo este “aviso”: “- Quem entra aqui nunca mais vê a luz do sol” (Tavares, 2022, p. 207). Em tal ocasião, o jornalista ainda não sabia do que o acusavam e, nos interrogatórios, os sequestradores perguntavam apenas banalidades, mas ele permanecia o tempo todo vendado, sendo constantemente intimidado: “- Se essa venda cai e você vê a nossa cara, será executado de imediato!” (Tavares, 2022, p. 207).

Então, pode-se afirmar que a maior manifestação de desestruturação psíquica experimentada pelo escritor deu-se nessa fase em que foi raptado. Flávio confessa ter tido a certeza de que morreria na madrugada de 15 de julho de 1977, quando viveu o grande terror da sua vida, sendo submetido a duas simulações de fuzilamento no intervalo de algumas horas. Indubitavelmente, esse é o momento mais tenso do seu testemunho, conforme pode ser ilustrado com o seguinte excerto:

[...] Tiram-me do carro, ouço o ruído de automóveis, vozes, correrias e o barulho de armar e carregar pistolas, aquele “tlec-tlec” ritmado. As vozes crescem de tom, transformam-se em alarido e eu mal percebo o que gritam. Mandam que eu caminhe.  
- Caminha, caminha para morrer caminhando!  
Já estou fora do mundo, mas obedeco. Lentamente caminho e eles começam a disparar. Sinto as rajadas, o ar se desloca ao meu lado, como se as balas raspassem meu sobretudo grosso, suco na noite gelada e úmida, e cada vez caminho mais devagar. [...] Cada vez a passo mais lento, pensei nos meus filhos e rezei o Padre-Nosso e a Ave-Maria com o convencimento de que estava morrendo ali. *E morri. Morri dentro de mim mesmo* (Tavares, 2022, p. 208, grifos nossos).

#### 4.3 O fim da tortura não é o fim da dor

A presença das sequelas da tortura atravessa todo o testemunho de Flávio Tavares. Fisicamente, os efeitos das sevícias são mais concretos, palpáveis e sentidos no corpo, que dá sinais temporários de mau funcionamento. Como, por exemplo, em decorrência das injúrias com os choques elétricos, o ex-revolucionário relata ter sofrido, na época de prisioneiro, alterações no paladar e no olfato:

Só sei que cheiro a cobre. O sabor que sinto na boca é de cobre, tal qual o gosto da minha saliva. Quando respiro fundo, o gosto de cobre passa pela garganta e, ao comer, tenho a impressão de que mastigo cobre. Às vezes, dependendo da umidade ou secura do ambiente, o metal me perpassa as narinas e é como se o mundo cheirasse a cobre (Tavares, 2022, p. 27).

Flávio alega, também, ter tido dificuldades para escrever. Quando precisou assinar um depoimento na prisão, não conseguiu fazê-lo como de costume, pois ambas as mãos estavam prejudicadas: “A mão direita não se move. Com a mão esquerda, coloco a direita sobre a folha de papel e a empurro em cada letra, para assinar. Firmada por uma mão inerte e amortecida pelo choque elétrico, minha assinatura está irreconhecível. Eu todo devo estar irreconhecível” (Tavares, 2022, p. 49).

Já os fenômenos de ordem mental, são mais subjetivos e duradouros – quiçá, permanentes. Certamente, os impactos psicológicos são os mais enfatizados pelo autor de *Memórias do esquecimento*. O jornalista, inclusive, admite ter ficado, no início do exílio, com a obsessão de voltar ao Brasil apenas para se vingar daqueles que foram seus algozes. Ele explica: “A sala de tortura tinha me destruído tanto que eu havia assimilado a mentalidade dos torturadores” (Tavares, 2022, p. 200).

Nos anos em que esteve fora do país, Flávio ainda sentia os impactos psicológicos dos choques que recebeu: ele declara ter sido perseguido por um pesadelo frequente, de modo intermitente e por quase uma década. De maneira repetitiva, com poucas modificações, ele sonhava que a genitália saía do seu corpo e caía em suas mãos, ao passo que a encaixava de volta no lugar como se fosse um parafuso. No trecho seguinte, pode-se observar um pouco desse tormento que se dava nas noites de sono do jornalista:

Na madrugada, o sargento Thimóteo enrolou-me os fios no pênis. Girou girou girou girou a manivela. Eu uivei e caí no chão. Não tive a sensação de que o meu sexo se queimava ou se despedaçava. Era como se o amputassem sem bisturi e sem anestesia. Talvez num puxão. Horas depois, numa pausa do choque elétrico, toquei-me as cuecas para ter certeza de que tudo em mim continuava intacto e no lugar de sempre (Tavares, 2022, p. 14-15).

O tipo de sonho, com a visão de uma parte do corpo que se separa do restante, também aponta para a fragmentação inerente ao torturado, haja vista que “a tortura provoca um impacto desintegrador no ser humano” (Calegari E Haiski, 2019, p. 40). Ironicamente, tal pesadelo só ocorria nos momentos em que Flávio encontrava-se em liberdade. Quando foi sequestrado, em 1977, pelo exército uruguaio em Montevideu, ele afirma não ter sonhado, talvez pelo motivo de que “a proximidade com a morte venceu o pesadelo” (Tavares, 2022, p. 15). Como já dito, o jornalista ficou quase sete meses preso novamente, sendo torturado, ameaçado e interrogado. Depois de ter sido

solto, foi para Portugal e conta que o sonho ruim retornou. Mesmo estando já livre dos seus carrascos, o trauma da emasculação que se repete por via onírica “representa e atualiza a impotência dos torturados em poder dos torturadores” (Fernandes, 2008). Essa aflição noturna só terminou, definitivamente, quando o autor regressou ao Brasil.

Os referidos pesadelos são consequência de um dos traumas de Flávio, pois, no quartel da Barão de Mesquita, em 1969, seu pênis havia sido marcado com anéis escuros pelos choques, levando-o a temer pela sua fertilidade. De acordo com Calegari e Haiski (2019, p. 40), “a cada sonho, é como se Tavares voltasse exatamente ao momento da experiência original, com os mesmos medos e anseios”. Desse modo, ao dormir, ele “revive” aquelas experiências negativas, pois as marcas psíquicas da tortura se fazem presentes em seu subconsciente e se revelam obsessivamente, conforme o próprio escritor explica:

Os sonhos têm um subsonho, subliminar, que não aparece, mas que também se sonha, e que em mim era um pesadelo escondido: se meu pênis chegasse a ter uma cor roxa, um lilás forte, estaria necrosado, e eu, definitivamente, castrado. O roxo-violeta nunca apareceu e continuei sendo, nesses anos, o cirurgião plástico de mim mesmo, com intervalos maiores ou menores, de acordo com a aflição do dia ou o cansaço quotidiano. Assim sonhei pesadelos por cantos diferentes da América Latina e da Europa. Pelo meu exílio (Tavares, 2022, p. 14).

Outro trauma que acompanhou o escritor por anos foi o da ameaça de estupro à sua filha. Por mais que o tempo fosse passando, as cicatrizes daquele dia continuavam perturbando a mente de Flávio. Impotente pela distância, ele sentia medo de que as autoridades cumprissem com a palavra como uma forma de retaliação. Seguramente, o impacto dessa tortura psicológica, nos anos posteriores à prisão, foi agravado pela ausência da menina, que ainda era muito pequena quando ele foi embora do Brasil.

Por fim, após ter sofrido as experiências mais intimidadoras no sequestro uruguaio, Flávio anuncia ter morrido, não no sentido literal, mas, novamente, no emocional. É claro que nada mais seria como antes, depois de ele quase ter sido fuzilado por duas vezes. Todavia, as lembranças traumáticas que compõem a sua narrativa também lhe trazem a morte. Na realidade, ele afirma não saber, precisamente, quando começa o seu “namoro com a morte”. Desse modo, resta apenas a indagação (retórica) do que teria sido mais doloroso: viver ou relembrar tudo?

## 5 Conclusão

Diante do exposto, a necessidade do lembrar se faz relevante para que não se banalizem os desmandos e a violência da época da ditadura. Centenas de pessoas foram mortas – e, dentre estas, muitas ainda se encontram desaparecidas. É preciso, então, olhar de forma crítica para os anos de 1964 a 1985: só entendendo o que realmente aconteceu é que se poderá compreender melhor o presente e evitar que o futuro copie o passado.

Com a intenção de refletir criticamente sobre os duros anos de regime militar, este trabalho trouxe à tona o relato do jornalista Flávio Tavares, que sofreu as perseguições de um governo agressivo e arbitrário e levou, aproximadamente, três décadas para revelar isso textualmente; ou seja, escreveu segundo a temporalidade da lembrança traumática, e não a do acontecimento vivido. De acordo com Calegari e Haiski (2019, p. 43, grifos nossos), “se os traumas formulados no passado reaparecem muitos anos depois pela voz de suas vítimas em diferentes narrativas, é porque *ainda é necessário um acerto de contas com uma história truculenta como a brasileira*”.

Nesse sentido, a obra autobiográfica *Memórias do esquecimento: Os segredos dos porões da ditadura* (Tavares, 2022 [1999]), é entendida como fruto das situações-limite impostas por decorrência da resistência à ditadura, tais como prisão, torturas, exílio e sequestro. Em outras palavras, o livro pode ser lido como um testemunho de quem sobreviveu aos anos de repressão. Embora tenha sido escrito no final dos anos 90, muito ainda tem para ensinar ao Brasil de hoje.

### THE SCARS OF TORTURE IN FLÁVIO TAVARES' MEMORIES

**Abstract:** The present article intends to analyze the *Memórias do Esquecimento* of Flávio Tavares, a survivor of the Brazilian and Uruguayan military dictatorship. The journalist's involvement in the opposition to the regime brought him several borderline situations, such as imprisonment, exile, and especially physical torture, described in detail by the author throughout his traumatic narrative. Thus, this study seeks to highlight one of the representatives of the political resistance, in an effort to go beyond what official history has told, preserving the memory of those who reacted against the violence of an authoritarian government. Or, as Bungart Neto (2019, p. 68) puts it, it is an "antidote against the Brazilian collective memoricide."

**Keywords:** Memories. Torture. Trauma. Dictatorship. Flávio Tavares.

## Referências

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 41. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BIRMAN, Daniela. Entrevista com Flávio Tavares. *Literatura e Autoritarismo: Os 50 anos do golpe & outras formas de dominação*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria. v. 1, n. 23, p. 4-10, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/14220>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BUNGART NETO, Paulo. Dos porões da ditadura ao filtro da memória: literatura brasileira contemporânea – resistência e exílio. *Revista Línguas & Letras*, Paraná, v. 15, n. 29, 2014. Disponível em <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/10373/8008>>. Acesso em: 30 maio 2022.

BUNGART NETO, Paulo. Tortura e trauma: o testemunho como antídoto contra as políticas do esquecimento, silenciamento e memoricídio cultural brasileiro. In: SANTOS, Rosana Cristina Zanelatto; BENATTI, André Rezende (orgs.). *O lugar do abjeto: do perverso e do animal na historiografia e no cânone literário*. Pelotas (RS): Editora UFPel, 2019. Disponível em: [http://quaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4701/1/O\\_lugar\\_do\\_abjeto.pdf](http://quaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4701/1/O_lugar_do_abjeto.pdf). Acesso em: 11 jan. 2023.

CALEGARI, Lizandro Carlos; HAIKI, Vanderléia de Andrade. Ditadura, trauma e as memórias do esquecimento de Flávio Tavares. *Revista Língua e Literatura*, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./ jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/3480>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FERNANDES, Fabrício Flores. *A escrita da dor: testemunhos da ditadura militar*. 2008. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Faculdade de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/421851>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

MATTOSO, Glauco. *O que é tortura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: Os segredos dos porões da ditadura*. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2022.

TRINDADE, Tatiana. *O papel materno na resistência à ditadura: o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling*. (Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História. Porto Alegre, 2009). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21089/000736078.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

VIEIRA, Renan Martimiano. *A tortura como um trauma individual e social: vivências do período da ditadura civil-militar (1964-1985)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. Disponível em <http://www.ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2014/renan>. Acesso em: 14 fev. 2023.

*Recebido em 08/03/2023*

*Aceito em 05/11/2023*

*Publicado em 09/11/2023*